

# POLÍCIA PENAL



**ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA  
PENITENCIÁRIA - TERAPEUTA  
OCUPACIONAL**

Conteúdo de acordo  
com o Edital  
Questões gabaritadas  
do Instituto Avalia  
Legislação comentada

- ★ Língua Portuguesa
- ★ História do RN e Aspectos Geoeconômicos do RN
- ★ Ética no Serviço Público
- ★ Direito Constitucional
- ★ Direitos Humanos
- ★ Conhecimentos Específicos
- ★ Direito Administrativo (On-line)
- ★ Execução Penal (On-line)



Polícia Penal do Rio Grande do Norte

# PP-RN

## Especialista em Assistência Penitenciária - Terapeuta Ocupacional

# APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Especialista em Assistência Penitenciária - Terapeuta Ocupacional de acordo com o Edital de Abertura do Concurso Público nº 002/2026, da Polícia Penal do Rio Grande do Norte (PP-RN).

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *Instituto Avalia*, organizadora contratada para a realização do certame, e também um complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Direito Administrativo e Execução Penal disponíveis em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



# AVISO IMPORTANTE

## ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

### **POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO  
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

**QUERO MATERIAL COMPLETO!**

# SUMÁRIO

|                                                                                                                                  |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| LÍNGUA PORTUGUESA.....                                                                                                           | 11 |
| ■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS .....                                                                                    | 11 |
| ■ TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.....                                                                                                  | 14 |
| ■ SIGNIFICAÇÃO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES .....                                                                                    | 26 |
| SINÔNIMOS.....                                                                                                                   | 26 |
| ANTÔNIMOS .....                                                                                                                  | 26 |
| ■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....                                                                                                        | 28 |
| ■ CLASSES DE PALAVRAS VARIÁVEIS E INVARIÁVEIS E SUAS FUNÇÕES NO TEXTO .....                                                      | 30 |
| Colocação de Pronomes nas Frases .....                                                                                           | 39 |
| Tempos Simples dos Verbos .....                                                                                                  | 39 |
| Conjugações Verbais.....                                                                                                         | 43 |
| ■ SINTAXE: TERMOS ESSENCIAIS, INTEGRANTES E ACESSÓRIOS DA ORAÇÃO .....                                                           | 46 |
| Tipos de Predicado .....                                                                                                         | 48 |
| CONCORDÂNCIAS VERBAL E NOMINAL .....                                                                                             | 59 |
| ■ CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS QUANTO AO NÚMERO DE SÍLABAS.....                                                                    | 65 |
| DÍGRAFOS, ENCONTROS VOCÁLICOS E CONSONANTAIS .....                                                                               | 66 |
| DIVISÃO SILÁBICA .....                                                                                                           | 67 |
| ■ PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS: DERIVAÇÃO, COMPOSIÇÃO E OUTROS PROCESSOS .....                                              | 68 |
| HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE .....                                            | 79 |
| ■ HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.....                                                                                           | 79 |
| INDÍGENAS NOS SERTÕES DO RIO GRANDE COLONIAL E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO NORTE .....                                 | 81 |
| ECONOMIA E FISCALIDADE NO PERÍODO COLONIAL: ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS NA CAPITANIA DO RIO GRAND .....                              | 82 |
| POLÍTICA E SOCIEDADE: MOSSORÓ E A RESISTÊNCIA AO BANDO DE LAMPIÃO .....                                                          | 85 |
| Terra dos Salineiros: Trabalhadores da Extração de Sal no Rio Grande do Norte – A Seca e a Questão Sanitária no Século XIX ..... | 86 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                  |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>A CAPITANIA DO RIO GRANDE NA HISTÓRIA DAS CAPITANIAS DONATÁRIAS (SÉCULO XVI).....</b>                                                                                                                                                                         | <b>87</b>  |
| Motim das Mulheres .....                                                                                                                                                                                                                                         | 88         |
| 30 De Setembro e a Política Abolicionista de Vanguarda Mossoroense .....                                                                                                                                                                                         | 89         |
| O Movimento de 1930 e Rio Grandedo Norte na Segunda Guerra Mundial .....                                                                                                                                                                                         | 91         |
| <b>COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO RIO GRANDE DO NORTE .....</b>                                                                                                                                                                                                      | <b>95</b>  |
| <b>REPRESENTATIVIDADE POTIGUAR NA COMUNICAÇÃO NACIONAL COM O JORNAL O MOSSOROENSE, O 3º JORNAL MAIS ANTIGO DO BRASIL .....</b>                                                                                                                                   | <b>97</b>  |
| <b>A BARREIRA DO INFERNO E O TRAMPOLIM DA VITÓRIA .....</b>                                                                                                                                                                                                      | <b>98</b>  |
| <b>■ ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE.....</b>                                                                                                                                                                                                      | <b>101</b> |
| <b>ATIVIDADES ECONÔMICAS MODERNAS E TRADICIONAIS .....</b>                                                                                                                                                                                                       | <b>115</b> |
| Agropecuária, Pesca, Fruticultura, Carcinicultura, Mineração, Sal, Indústria, Produção de Petróleo e Gás, Turismo, Comércio e Serviços .....                                                                                                                     | 115        |
| <b>TRANSFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NO PANORAMA ECONÔMICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE .....</b>                                                                                                                                        | <b>117</b> |
| <b>A INDÚSTRIA MINERADORA DO SERIDÓ.....</b>                                                                                                                                                                                                                     | <b>119</b> |
| <b>ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....</b>                                                                                                                                                                                                                            | <b>127</b> |
| <b>■ ÉTICA E MORAL.....</b>                                                                                                                                                                                                                                      | <b>127</b> |
| <b>■ ÉTICA, PRINCÍPIOS E VALORES .....</b>                                                                                                                                                                                                                       | <b>128</b> |
| <b>■ ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DE CIDADANIA .....</b>                                                                                                                                                                                                        | <b>131</b> |
| <b>■ ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA .....</b>                                                                                                                                                                                                                            | <b>133</b> |
| <b>■ ÉTICA NO SETOR PÚBLICO.....</b>                                                                                                                                                                                                                             | <b>135</b> |
| <b>■ DECRETO ESTADUAL Nº 33.094/2023: APROVA O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.....</b>                                                                                                                       | <b>136</b> |
| <b>■ LEI ESTADUAL Nº 11.902/2024: DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....</b> | <b>138</b> |
| <b>DIREITO CONSTITUCIONAL .....</b>                                                                                                                                                                                                                              | <b>143</b> |
| <b>■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 .....</b>                                                                                                                                                                                            | <b>143</b> |
| <b>CONCEITO .....</b>                                                                                                                                                                                                                                            | <b>143</b> |
| <b>CLASSIFICAÇÃO.....</b>                                                                                                                                                                                                                                        | <b>143</b> |
| <b>APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS .....</b>                                                                                                                                                                                                           | <b>146</b> |

|                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL .....                                                     | 147 |
| ■ PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....                                                         | 149 |
| ■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....                                               | 153 |
| DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS .....                                       | 154 |
| DIREITOS SOCIAIS.....                                                                  | 175 |
| NACIONALIDADE .....                                                                    | 182 |
| DIREITOS POLÍTICOS .....                                                               | 185 |
| ■ ORGANIZAÇÃO DO ESTADO .....                                                          | 188 |
| ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA .....                                              | 189 |
| ■ ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....                                                         | 204 |
| PODER LEGISLATIVO .....                                                                | 205 |
| PODER EXECUTIVO .....                                                                  | 224 |
| PODER JUDICIÁRIO .....                                                                 | 230 |
| FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....                                                      | 254 |
| ■ SEGURANÇA PÚBLICA .....                                                              | 261 |
| SEGURANÇA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 144 DA<br>CONSTITUIÇÃO FEDERAL..... | 261 |
| ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....                                                       | 263 |
| ■ POLÍCIA PENAL: COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES.....                                       | 264 |
| ■ CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....                                                | 266 |
| ■ DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS .....                               | 274 |
| ESTADO DE DEFESA .....                                                                 | 274 |
| ESTADO DE SÍTIO.....                                                                   | 275 |
| ■ SEGURANÇA INSTITUCIONAL.....                                                         | 276 |
| ■ ORDEM SOCIAL .....                                                                   | 278 |
| SAÚDE.....                                                                             | 278 |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL .....                                                               | 284 |
| EDUCAÇÃO .....                                                                         | 285 |
| MEIO AMBIENTE.....                                                                     | 291 |
| FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO.....                                             | 292 |

|                                                                                                                                               |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| ■ DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....                                                                                                   | 294 |
| DIREITOS HUMANOS.....                                                                                                                         | 321 |
| ■ TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS .....                                                                                                     | 321 |
| CONCEITO .....                                                                                                                                | 321 |
| CARACTERÍSTICAS .....                                                                                                                         | 323 |
| EVOLUÇÃO HISTÓRICA E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....                                                                                       | 324 |
| ■ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....                                                                                              | 326 |
| DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS E DIREITOS SOCIAIS.....                                                   | 330 |
| ■ SISTEMAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....                                                                                              | 330 |
| SISTEMA GLOBAL – ONU.....                                                                                                                     | 330 |
| SISTEMA INTERAMERICANO – OEA.....                                                                                                             | 334 |
| CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS .....                                                                                                 | 336 |
| ■ DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA.....                                                                                                   | 344 |
| USO PROPORCIONAL DA FORÇA .....                                                                                                               | 344 |
| PREVENÇÃO À TORTURA.....                                                                                                                      | 346 |
| RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO .....                                                                                                      | 347 |
| ■ DIREITOS HUMANOS E EXECUÇÃO PENAL: DIREITOS DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE, RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIAS PREVISTAS NA EXECUÇÃO PENAL..... | 348 |
| ■ NORMAS INTERNACIONAIS DO SISTEMA PRISIONAL .....                                                                                            | 348 |
| REGRAS DE MANDELA .....                                                                                                                       | 348 |
| REGRAS DE BANGKOK .....                                                                                                                       | 365 |
| TRATAMENTO DIGNO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA.....                                                                                                 | 380 |
| ■ TORTURA E MAUS-TRATOS: CONCEITO, FORMAS DE TORTURA E COMBATE À TORTURA .....                                                                | 382 |
| ■ DIREITOS HUMANOS DOS GRUPOS VULNERÁVEIS .....                                                                                               | 385 |
| ■ COMBATE À DISCRIMINAÇÃO.....                                                                                                                | 396 |
| ■ CIDADANIA .....                                                                                                                             | 397 |
| DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....                                                                                                               | 398 |



|                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....                                                     | 403 |
| ■ POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO ALVO<br>EM TERAPIA OCUPACIONAL .....     | 403 |
| ■ ÁREAS, CAMPOS E SERVIÇOS DE ATUAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL .....               | 405 |
| ■ TEORIAS, MODELOS, PERSPECTIVAS E ABORDAGENS EM TERAPIA OCUPACIONAL.....          | 406 |
| ■ MÉTODOS E RECURSOS TERAPÊUTICOS EM TERAPIA OCUPACIONAL .....                     | 408 |
| ATIVIDADE DE VIDA DIÁRIA E INSTRUMENTAIS .....                                     | 408 |
| ATIVIDADES PRODUTIVAS E DE TRABALHO.....                                           | 408 |
| ATIVIDADES EXPRESSIVAS E CORPORAIS .....                                           | 409 |
| ATIVIDADES DE LAZER E RECREAÇÃO .....                                              | 409 |
| ■ O TRABALHO COM GRUPOS EM TERAPIA OCUPACIONAL.....                                | 409 |
| ■ PROCESSO DE TERAPIA OCUPACIONAL.....                                             | 410 |
| ■ PROCESSO DE TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE MENTAL .....                            | 412 |
| ■ PROCESSO DE TERAPIA OCUPACIONAL JUNTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS .....           | 412 |
| ■ PROCESSO DE TERAPIA OCUPACIONAL EM CONTEXTOS HOSPITALARES .....                  | 413 |
| ■ PROCESSO DE TERAPIA OCUPACIONAL EM CONTEXTOS SOCIAIS .....                       | 415 |
| ■ PROCESSO DE TERAPIA OCUPACIONAL EM CONTEXTOS ESCOLARES.....                      | 416 |
| ■ PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE<br>E A TERAPIA OCUPACIONAL ..... | 416 |
| ■ ÉTICA E DEONTOLOGIA EM TERAPIA OCUPACIONAL.....                                  | 417 |

# LÍNGUA PORTUGUESA

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

### INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

**Interpretar** é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

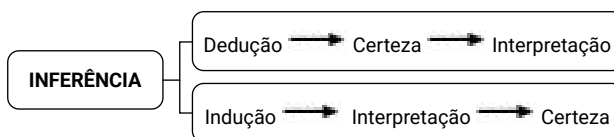
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

# HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE

## HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

### PERÍODO COLONIAL: A CAPITANIA DO RIO GRANDE

Por período colonial compreende-se o período em que o Brasil esteve sob o domínio do reino de Portugal, iniciado com a chegada dos primeiros exploradores portugueses à colônia e encerrado após a Proclamação da Independência, em 1822. Esses três séculos de controle português moldaram o território que se formava e a nação que viria a ser.

### FORMAÇÃO TERRITORIAL

Por formação territorial compreende-se o processo histórico e geográfico pelo qual um determinado território é moldado e estruturado. Isso envolve aspectos como a expansão geográfica, conquistas territoriais, demarcações de fronteiras, colonização, migrações, acordos políticos e transformações sociais.

#### A Capitania do Rio Grande: de Hereditária a Real

Quando o Brasil foi dividido em capitanias, a responsabilidade pela capitania do Rio Grande, atual estado do Rio Grande do Norte, recaiu sobre dois proeminentes portugueses: o historiador João de Barros, que ocupava a posição de alto funcionário no governo português, e Aires da Cunha, um fidalgo que havia se destacado em combates contra piratas e corsários.

Apesar de João de Barros ser considerado um candidato natural para receber uma concessão de terra no Brasil devido à sua proximidade com o trono português, ele não recebeu apenas uma, mas duas doações de donatárias. No entanto, essas doações não foram exclusivas para o seu usufruto, mas, sim, compartilhadas com o navegador Aires da Cunha.

Uma dessas doações abrangia a extensa costa de 100 léguas, estendendo-se desde a Baía da Traição até o Rio Jaguaribe, incluindo partes dos estados da Paraíba e do Ceará, fazendo fronteira no interior com o meridiano de Tordesilhas. A outra concessão consistia em 50 léguas mais ao norte, cobrindo uma área que atualmente corresponderia a parte do estado do Maranhão (Trindade, 2010).

A capitania do Rio Grande tinha uma extensão costeira de 100 léguas, sendo que cada um dos donatários

ficava com 50 léguas, e era uma das duas maiores capitanias do Brasil, ao lado de Pernambuco, abrangendo vastas regiões que se estendiam até os sertões dos atuais estados do Ceará, Piauí e Maranhão (Monteiro, 2000).

Na tentativa de estabelecer uma base para conquistar e colonizar as áreas do Rio Grande e do Maranhão, João de Barros e Aires da Cunha uniram forças com Fernão Álvares de Andrade, que era o donatário da capitania do Maranhão, uma continuação de outra capitania de mesmo nome, esta última pertencente a Aires da Cunha. Em 1535, Aires da Cunha, acompanhado dos filhos de João de Barros, Jerônimo e João, dirigiu-se à capitania do Rio Grande (Trindade, 2010).

Ao tentar desembarcar nas proximidades da foz do Rio Ceará-Mirim, Aires da Cunha e seus homens foram repelidos pelos indígenas potiguares, que estavam aliados aos franceses (Bueno, 1999). O episódio levou Aires da Cunha a limitar sua exploração ao litoral norte-rio-grandense, falecendo durante a expedição, quando a nau em que se encontrava colidiu com rochedos. Aqueles que sobreviveram, em março de 1536 fundaram um povoado chamado Nazaré, de efêmera duração, uma vez que os colonos, desanimados, decidiram abandonar a região.

Os filhos de João de Barros tentaram estabelecer-se na capitania do Rio Grande, porém, enfrentaram uma rejeição contundente dos indígenas. O respeitado historiador português e donatário fracassado empreendeu consideráveis esforços para resgatar seus filhos, suas embarcações e seus colonos. Ademais, ele arcou por conta própria com pensões para a viúva e os filhos de Aires da Cunha, além de outros parentes dos membros da expedição.

Apesar do insucesso dessa primeira tentativa de colonização na capitania, uma nova investida foi feita em 1555. Essa segunda expedição foi organizada e liderada pelos filhos de João de Barros, que haviam sobrevivido à primeira tentativa. No entanto, o resultado foi igualmente desastroso, o que se atribuiu às hostilidades praticadas contra os indígenas pelos primeiros colonizadores (Hollanda, 1989).

Devido à negligência à qual a capitania do Rio Grande foi submetida e ao alto endividamento de João de Barros, a coroa portuguesa decidiu intervir diretamente. Eles concederam um perdão da dívida acumulada com a primeira expedição de 1535 e, após o falecimento de João de Barros, em 1570, providenciaram uma pensão de 500 mil réis para a viúva. Além disso, um dos filhos de João de Barros recebeu uma compensação pela transferência dos direitos da capitania à coroa portuguesa, visto que não tinham recursos para manter suas prerrogativas como donatários (Trindade, 2010). Acredita-se que a capitania do Rio Grande tenha sido transformada de hereditária para real em 1582.

### Dica

A capitania do Rio Grande foi inicialmente denominada "Rio dos Tapuios", posteriormente "Rio Potengi" e, finalmente, "capitania do Rio Grande". O nome da capitania se originou da observação dos portugueses em relação ao Rio Potengi (Cascudo, 1999).

# ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

## ÉTICA E MORAL

O ponto inicial desta matéria precisa de uma distinção que comumente passa despercebida: a diferença entre **ética e moral**. Você precisa de certezas firmes e objetivas para realizar a sua prova.

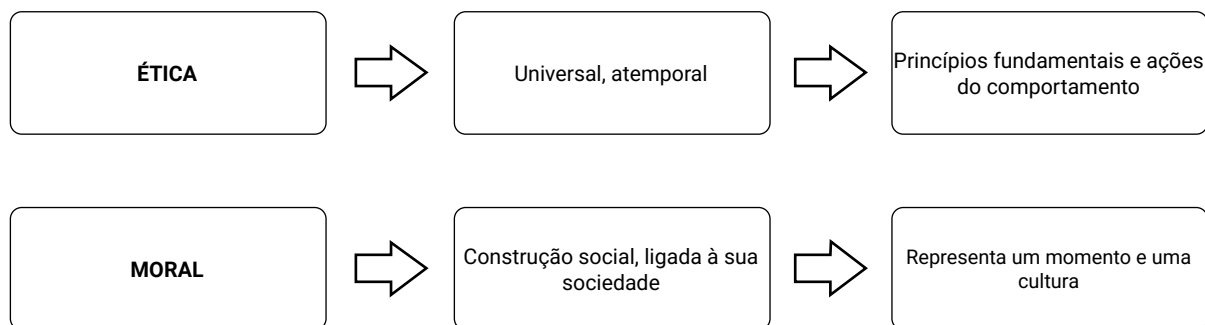
**Ética** é uma área da filosofia. É um estudo amplo, universal e atemporal. Seu objeto de estudo são princípios fundamentais das ações e do comportamento humano, englobando um conjunto de teorias e conceitos que visam definir as condições ideais para as ações humanas e as escolhas que devem ser feitas para alcançar referidas condições. A **moral**, por sua vez, é uma construção social. Sendo assim, está condicionada à sociedade que a cerca, que a contém. A moral, que pode ser transmitida por meio de religião, família e outras instituições sociais, tem um aspecto muito mais objetivo e é baseada em valores, crenças e costumes, que são compartilhados por um grupo de pessoas.

A ética, como parte da filosofia, alcança locais mais distantes e discute temas mais relevantes. Além disso, a ética é uma matéria de uma ciência por excelência. A dialética da filosofia busca a verdade final das coisas. A discussão e a oposição de ideias estabilizam os conceitos para que não mudem mais. A ética é estável, pois alcançou verdades que superaram o tempo. **A ética é estável, ou seja, é atemporal.**

Já a moral possui grande valor social e é uma ferramenta importante, todavia tem uma aplicação temporal e muda no desenrolar dos eventos históricos. Portanto, ela é mutável, restrita a determinadas localizações geográficas e sociais. Ou seja, diferentes contextos históricos, sociais, culturais e econômicos podem variar o entendimento moral de um determinado grupo. Por exemplo, para praticantes de religiões como judaísmo e islamismo é imoral comer carne de porco, contudo, para grande parte da população é algo totalmente comum e aceitável. A moral respeita a continência, ou seja, está contida pela sociedade que a cerca.

**Atenção!** Alguns autores frequentemente trazem ética e moral como sinônimos, mas **cuidado**, as bancas dos concursos frequentemente estabelecem distinções entre esses termos.

Veja uma distinção um pouco mais clara:



A ética tem um caráter científico, por isto suas mudanças e aplicações ocorrem de outra forma. Sua estabilidade é muito maior e suas aplicações alcançam uma universalidade. Em algum momento, espera-se que mudanças em conceitos éticos ocorram, mas, para execução de provas de concurso, o conceito de universalidade e estabilidade é adequado.

Agora que já conseguimos separar algumas características de moral e ética, vamos aprofundar um pouco nos seus conceitos. Para fazer isso, vamos usar a **etimologia**.

É conveniente analisar no estudo da ética a sua etimologia. Assim, ética é uma palavra que vem do termo grego “*ethos*”, que quer dizer “modo de ser”, “costume” ou “hábito”. O termo “*ethos*” era usado pelos antigos gregos para descrever as características distintivas de um grupo ou comunidade, incluindo seus costumes, tradições e valores. A origem da palavra nos remete instantaneamente para o cerne de seu conceito que, apesar da dificuldade de estabelecer um significado único, nos envia a um conjunto de princípios morais ou valores que dão condição à convivência humana em sociedade.

Em seguida, temos a origem do termo “moral”, que advém do latim, da palavra “*moralis*”. Os antigos romanos utilizavam esse termo para descrever os costumes e comportamentos que eram considerados aceitáveis ou corretos na sociedade.

Nota-se que, apesar de etimologicamente as palavras terem significados parecidos, o termo “*moralis*” desde sua origem se restringe ao que é aceitável ou correto **em uma determinada sociedade**, já incorporando essa restrição a um espaço seja geográfico, social ou temporal.

É importante ressaltar que a moral varia no tempo, a depender da conjuntura social. Até o século XIX, por exemplo, considerava-se normal que crianças trabalhassem em fábricas. Hoje, além de termos uma legislação

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

### CONCEITO

“Constituição” vem do ato de constituir, de estabelecer, de firmar; ou, ainda, o modo pelo qual se constitui uma coisa, um ser vivo, um grupo de pessoas; uma organização ou formação.

Juridicamente, no entanto, constituição deve ser entendida como a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estruturação do Estado, à formação dos poderes públicos, à forma de governo e à aquisição do poder de governar, à distribuição de competências e aos direitos, garantias e deveres dos cidadãos.

Por fim, é a constituição que individualiza os órgãos competentes para a edição de normas jurídicas, legislativas ou administrativas (Moraes, 2018).

A constituição é, em síntese, a lei máxima e fundamental de um país, que geralmente determina a sua organização social, política, jurídica e econômica. Também, trata-se do conjunto de normas jurídicas, normalmente escritas em um texto unitário, que regulam a organização e atuação do Estado nas relações sociais.

*A Constituição é, assim, uma norma jurídica e, para a maior parte dos sistemas, norma jurídica dotada de superioridade hierárquica em relação às demais. Para Hans Kelsen, a Constituição define quem elabora as normas e como elas vão ser elaboradas, constituindo, assim, o ponto de partida e de validade de todo o sistema jurídico.* (Barcellos, 2018, p. 28)

### CLASSIFICAÇÃO

Toda tipologia ou classificação depende dos critérios adotados por seus estudiosos. É importante esclarecer que existem diferentes classificações entre os juristas mais renomados. Não se trata, portanto, de uma classificação ser mais correta que outra, mas, sim, mais adequada à sua finalidade didática.

Segundo Alexandre de Moraes (2018), a tipologia ou a classificação das constituições pode ser delimitada de acordo com diversos princípios.

#### Quanto ao Conteúdo

Trata-se do teor que compõe a constituição, podendo ser material ou formal. A nossa atual Constituição Federal (CF, de 1988) dispõe de normas materialmente constitucionais e de normas formalmente constitucionais. Vejamos a característica de cada uma delas a seguir.

#### ● Material

Abrange o conjunto de normas que, independentemente da forma ou do veículo em que estejam positivadas, apresentam conteúdo essencial à estruturação e ao funcionamento do Estado.

Trata-se de regras materialmente constitucionais, caracterizadas por estabelecerem os fundamentos do ordenamento jurídico, a organização e o funcionamento dos Poderes, a estrutura do Estado e a definição de competências, bem como os direitos e garantias fundamentais.

Exemplificando, incluem-se a separação dos Poderes, os princípios estruturantes da República, os direitos individuais, coletivos, sociais e políticos, entre outros dispositivos que conferem identidade e sustentação à ordem constitucional.

#### ● Formal

Corresponde ao conjunto de normas jurídicas inseridas em um texto solene, elaborado por um órgão competente (geralmente o poder constituinte originário), segundo um procedimento específico e solene de criação. Seu critério de identificação leva em consideração a forma e o processo de elaboração — e não necessariamente o conteúdo material das normas.

Assim, podem constar na constituição formal tanto normas essencialmente constitucionais, como a estrutura do Estado e os direitos fundamentais, quanto disposições de natureza administrativa, procedimental ou até infraconstitucional, desde que estejam inseridas no documento constitucional aprovado segundo o rito próprio.

#### Quanto à Forma

Refere-se aos formatos nos quais pode surgir uma constituição, classificando-se como escrita ou não escrita.

#### ● Escrita

É aquela que está escrita em um documento solene, formalizada por um órgão constituinte, ou seja, é expressa em um único texto. Conforme Moraes (2018, p. 43), “[...] a Constituição escrita é o mais alto estatuto jurídico de determinada comunidade, caracterizando-se por ser a lei fundamental de uma sociedade”. Um exemplo é a Constituição Federal, de 1988.

#### ● Não Escrita

Baseada em usos e costumes, que servem como fontes do direito, de modo que não está estabelecida em um documento único e solene, mas é costumeira, baseada e consubstanciada nos costumes, convenções, jurisprudências e práticas sociais preestabelecidas. Muitas vezes, consiste em textos esparsos, elaborados em épocas diferentes, como a constituição inglesa.

#### Dica

Arábia Saudita, Líbia, Nova Zelândia e Reino Unido são alguns exemplos de países que não têm uma constituição escrita.



# DIREITOS HUMANOS

## TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS

### CONCEITO

As normas de direitos humanos, que são essenciais a uma vida digna, são frutos de um processo de construção e reconstrução que variaram conforme as necessidades humanas e contexto de cada época da história. Esclarecendo detalhadamente, suas regras foram desenvolvidas a partir de uma ação ou luta social, sendo, portanto, uma construção social (consciente e vocacionada) que decorre dessas novas demandas com o objetivo de assegurar a dignidade e evitar o sofrimento humano.

Verifica-se, assim, que os direitos humanos não surgiram de uma vez. Eles são fruto de um desenvolvimento histórico, conforme será explanado no item “O processo histórico de construção e afirmação dos direitos humanos”. Neste primeiro momento, Atente para o fato de que os direitos humanos foram sendo reconhecidos aos poucos.

Os primeiros direitos reconhecidos foram aqueles ligados ao **próprio indivíduo**, como, por exemplo, o direito de viver, de ter bens, de locomover-se. Trata-se de um primeiro olhar do Estado para o indivíduo. Um olhar que reconhece que os seres humanos possuem direitos mínimos e que o poder do Estado **não é** ilimitado. Assim, foram reconhecidas as **liberdades** dos indivíduos, ou seja, seus **direitos civis e individuais** — que abrangem todas as pessoas sem qualquer distinção. Também foram reconhecidos os direitos de participação popular na administração do Estado, isto é, os **direitos políticos**.

### Importante!

Os primeiros direitos políticos eram bem limitados, pois estavam restritos a quem detinha a qualidade de cidadão e, por isso, atingiam somente os eleitores. As mulheres, por exemplo, não eram consideradas cidadãs, assim como os estrangeiros, e, conseqüentemente, não possuíam os direitos políticos, embora fossem titulares dos direitos civis mínimos garantidos pelo Estado.

Diante disso, pode-se definir direitos humanos como o conjunto de direitos e de valores previstos no ordenamento jurídico e tratados internacionais, que são aceitos no âmbito internacional com a principal finalidade de garantir mecanismos de proteção da dignidade da pessoa humana, garantindo maior proteção ao indivíduo do poder arbitrário do Estado.

Vale-se a atenção para não confundir o conceito de direitos humanos com direitos fundamentais.

Enquanto os direitos humanos estão previstos na **ordem jurídica internacional**, os direitos fundamentais estão previstos no **ordenamento jurídico interno**, a fim de criar mecanismos de proteção da dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico interno do país.

Antes de adentrarmos à sua terminologia, para melhor entendimento, cumpre fazer um paralelo entre os direitos positivados e não positivados.

Os direitos não positivados são aqueles que não se encontram expressamente previstos em nenhuma legislação, como, por exemplo, o direito do homem, pois trata-se de direitos naturais da pessoa humana. Já os direitos positivados são aqueles que encontram-se expressamente previstos na Constituição, como, por exemplo, os direitos fundamentais da pessoa humana.

Diante disso, pode-se dizer que a terminologia dos direitos humanos encontra-se em direitos positivados no âmbito internacional, razão pela qual eles possuem um tratamento diferenciado no nosso ordenamento. Vejamos os arts. 4º e 5º, da CF, de 1988:

**Art. 4º** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

[...]

II - prevalência dos direitos humanos;

[...]

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Assim, para sua concretização, os direitos humanos passaram por diversos momentos históricos, com o principal objetivo de garantir direito à dignidade e igualdade para a pessoa humana.

A esses direitos que buscavam a defesa do indivíduo em face do abuso de poder do Estado (são chamados de liberdades públicas negativas ou direitos negativos), dá-se o nome de **direitos de primeira geração/dimensão**, por serem os primeiros direitos tutelados pelo Estado.

Os **segundos direitos** reconhecidos foram aqueles voltados a estabelecer a **igualdade** entre os indivíduos. Depois do olhar inicial para o indivíduo, reconhecendo suas liberdades, o Estado passou a visualizá-lo como membro de uma sociedade. Assim, foi possível reconhecer as diferenças entre as pessoas.

Como consequência, passou-se a exigir um papel mais ativo do Estado, para garantir direitos de oportunidades iguais aos indivíduos por meio de políticas públicas, como, por exemplo, acesso à educação e à saúde, voto feminino, regulamentação das regras trabalhistas e previdenciárias, entre outros. Passou-se, então, a exigir uma ação, e não mais uma omissão do Estado — liberdade positiva ou prestacional. A esses direitos dá-se o nome de **direitos de segunda geração/dimensão**, estando ligados ao poder de exigir do Estado a consecução dos **direitos econômicos, sociais e culturais**.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO ALVO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

As políticas públicas voltadas à população atendida pela terapia ocupacional reúnem as ações, os programas e as normas com que o Estado responde às necessidades de pessoas com deficiência, em sofrimento psíquico, idosos, crianças, adolescentes e grupos em vulnerabilidade social. Esse campo articula três sistemas de proteção, a saúde, a assistência social e a garantia de direitos, e neles o terapeuta ocupacional atua, seja na rede pública de serviços, seja na execução de programas territoriais.

Compreender essas políticas é condição para o exercício profissional no serviço público, pois elas definem onde o terapeuta ocupacional atua, com quais recursos e sob quais diretrizes. A leitura atual desloca o foco da deficiência ou da doença para a funcionalidade e a participação, com apoio no modelo biopsicossocial da Organização Mundial da Saúde.

O estudo percorre a noção de política pública e a inserção da terapia ocupacional nas redes de saúde, de assistência social e de defesa de direitos. Serão examinados o Sistema Único de Saúde e a atenção à pessoa com deficiência, a rede de saúde mental, a assistência social e os marcos legais das populações atendidas.

### **TERAPIA OCUPACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: FUNDAMENTOS E MODELO DE ATENÇÃO**

Por política pública entende-se o curso de ação, ou de deliberada omissão, que o poder público adota para enfrentar um problema de interesse coletivo, traduzindo-o em leis, programas e serviços. Seu percurso vai da formação da agenda à formulação de alternativas, à decisão, à implementação e à avaliação de resultados.

A terapia ocupacional consolidou-se no Brasil a partir da reabilitação física e psiquiátrica e, nas últimas décadas, ampliou sua atuação para o território, a atenção básica e a ação social. Esse deslocamento acompanhou a construção dos sistemas públicos universais, que passaram a exigir profissionais capazes de atuar em rede e orientados a direitos.

A população atendida pela terapia ocupacional não se define por uma única condição clínica, mas pela existência de barreiras que restringem a autonomia e a participação. Integram esse público as pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, as pessoas com transtorno do espectro autista, as que vivem em sofrimento psíquico, as pessoas idosas com perda de autonomia, as crianças e os adolescentes em risco e os grupos em vulnerabilidade social.

O modelo biopsicossocial, formalizado pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), publicada pela OMS em 2001, é a principal referência conceitual do campo. A CIF descreve a saúde pelas funções e estruturas do corpo, pelas atividades da pessoa e por sua participação social, sem ignorar os fatores ambientais e pessoais.

A mudança de modelo tem consequência prática direta, porque, quando a incapacidade é lida como produto da relação entre a pessoa e o ambiente, a intervenção do terapeuta ocupacional deixa de se concentrar apenas no corpo e passa a incidir também sobre as barreiras do contexto, por meio de adaptações, de tecnologia assistiva e da reorganização das atividades cotidianas.

A resposta às necessidades dessa população raramente cabe em um único setor, o que faz da intersectorialidade um princípio operacional, e não apenas um ideal. O cuidado a uma criança com deficiência, por exemplo, depende ao mesmo tempo da escola, da unidade de saúde e do serviço de assistência social.

### **POLÍTICA DE SAÚDE E ATENÇÃO À POPULAÇÃO- ALVO NO SUS**

O Sistema Único de Saúde, instituído pela Constituição de 1988 e regulado pela Lei nº 8.080, de 1990, é a principal porta de entrada dessa população. Seus princípios de universalidade, integralidade e equidade fazem o cuidado alcançar toda a população e contemplar promoção, prevenção, tratamento e reabilitação. A integralidade importa de perto ao terapeuta ocupacional, pois sustenta a reabilitação como parte do direito à saúde.

A organização do SUS em Redes de Atenção à Saúde substituiu os serviços isolados por arranjos que conectam a atenção primária, a especializada e a hospitalar em torno de linhas de cuidado. A atenção primária coordena o cuidado e ordena o acesso, encaminhando o usuário aos pontos de maior densidade tecnológica quando necessário.

Na atenção primária, a atuação multiprofissional foi organizada por anos pelos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Esse arranjo foi substituído pelas Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde, as eMulti, instituídas pela Portaria GM/MS nº 635, de 2023. O terapeuta ocupacional integra expressamente essas equipes, o que reafirma seu lugar no primeiro nível de atenção e no apoio matricial.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, aprovada pela Portaria nº 1.060, de 2002, define as diretrizes do cuidado a esse público no SUS. Entre elas estão a promoção da qualidade de vida, a prevenção de agravos, a atenção integral e a organização dos serviços de reabilitação.

A ampliação desse cuidado veio com o Plano Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612, de 2011, e com a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, criada pela Portaria nº 793, de 2012. Essa rede articula a atenção básica, a reabilitação especializada e a urgência para pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual e múltipla. Seu ponto de referência é o Centro Especializado em Reabilitação, o CER.

A esse conjunto de serviços somam-se as práticas integrativas e complementares, ofertadas no Sistema Único de Saúde desde 2006 e tratadas em material próprio deste curso, que também dialogam com o repertório de atividades da terapia ocupacional.

# MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO  
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS  
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS  
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS  
NO INSS 2022**



## GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira  
a versão completa desse material!

**ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO**